

FORMAÇÃO DE PALAVRAS: CONHECIMENTO, REPRESENTAÇÃO E USO

MARGARIDA BASILIO
(PUC-Rio / CNPq)

Neste trabalho, seguindo o tema geral da Conferência, pretendo abordar o léxico, em suas relações com a gramática e o texto, dentro de uma perspectiva cognitiva. Situando no léxico os temas do conhecimento, representação e uso, com suas múltiplas imbricações, começo (in)definindo o léxico, para então considerar as múltiplas interações léxico / cognição / morfologia / texto.

Em trabalhos anteriores, sugeri que o léxico pode ser entendido como “um sistema de armazenamento e transmissão de formas simbólicas, isto é, formas que têm ou evocam significados.” (Basilio, 2005:301). Hoje, prefiro dizer que o léxico pode ser entendido como um conjunto cambiante de unidades básicas estáveis de caráter simbólico, isto é, formas que se associam a conceitos. Refiro-me, naturalmente, a formas linguísticas, ou seja, sequências fônicas e/ou seus correlatos gráficos.¹ Estas formas, as unidades lexicais, cujas possibilidades de evocação são infinitas, dependendo de circunstâncias que abrangem desde a história da língua e a história dos falantes envolvidos numa situação linguística e sociocultural até relações entre formas e suas potenciais evocações, são usadas na construção e interpretação de enunciados linguísticos de finalidades diversas, muitas vezes combinadas, conscientemente ou não.

Embora o léxico contenha expressões de vários graus de fixidez e complexidade, a unidade lexical prototípica é a palavra ou, mais especificamente, a palavra primitiva. Palavras como *mar*, *água*, *pão*, *ver*, *ser*, e tantas outras, são comuns tanto no uso doméstico e familiar quanto no uso profissional e social, e circulam na esfera tanto da língua popular quanto da culta. São, ainda, palavras morfológicamente básicas, que evocam algo relativamente concreto.²

¹ A especificação é necessária, dado que há formas simbólicas visuais, para além das gráficas e das unidades de línguas de sinais: formas simbólicas como cruces, estrelas, caveiras, bandeiras nacionais etc., a meu ver, não constituem itens lexicais.

² Neste sentido, podemos constatar que a gramática clássica expressa uma excelente intuição ao conceber a palavra indivisível como elemento mínimo fundamental da análise linguística.

Na língua culta, tradicionalmente se considera como fundamental a palavra escrita. Assim, nos circuitos acadêmicos, o centro das atenções volta-se naturalmente para a palavra gráfica, que apresenta uma face mais concreta do que a palavra estrutural, mais visível, identificada por espaços ou pontuação no sistema gráfico, reconhecida em textos, facilmente encontrada em dicionários ou em sistemas eletrônicos de busca quando procuramos alguma informação sobre seu significado, uso, grafia ou tradução.³

Além de palavras prototípicas, o léxico abarca outras unidades que se irradiam por diferentes espaços e/ou domínios periféricos, tais como as flexões, gramaticalmente motivadas; as palavras derivadas, que apresentam um deslocamento de sua origem para um outro domínio semântico, gramatical e/ou textual; as palavras compostas, formadas de outras palavras com uso de fragmentos de estrutura sintática; as palavras constituídas de diferentes tipos de fragmentos e perspectivas de des/re/construção; e vários tipos de expressões, desde as expressões idiomáticas, cujo potencial evocativo não provém das unidades lexicais formativas, até as expressões que apresentam significado e uso pré-determinados, tais como as expressões aspectuais fixas (*acabar de X, começar a X*, etc), as expressões do tipo *dar uma X-da*, as sequências não inteiramente consolidadas (*suco de laranja, óculos escuros*, etc.), as colocações (*arregalar os olhos*), e assim por diante.

Temos, então, um léxico constituído de unidades lexicais que se estendem por uma vasta gama de possibilidades, algumas mais centrais, outras mais periféricas, não havendo, portanto, uma demarcação nítida entre léxico e gramática. De fato, a morfologia, como parte da gramática que trata da formação de palavras, está relacionada ao léxico como conjunto das unidades lexicais que usamos na construção de textos; mas esse conjunto também abarca construções de ordem sintática, como vimos nos compostos, nas locuções e diferentes tipos de expressões; e abarca um conjunto significativo de construções morfológicas, como fica claro nas formas derivadas tradicionais ou nos vários tipos de formações vocabulares reconstituídas que vêm sendo ativamente estudadas em nossos dias, tais como os cruzamentos vocabulares.

Dentro deste quadro, podemos levantar novamente, ou seja, com novo espírito, a questão “Por que formação de palavras?”, colocada em Basilio (1987) numa perspectiva lexicalista, com o objetivo de salientar a importância da eficiência do sistema, em relação ao custo de memória e possibilidade de comunicação imediata com itens lexicais construídos por Regras de Formação de Palavras. Inspirada em Jackendoff (1975), a ideia era explicitar a relevância da transmissão automática de informação já contida no léxico

³ As dimensões da palavra não serão discutidas nesse trabalho, mas ressalto que a palavra gráfica apresenta uma contraparte de valor menos concreto e mais relevante, a saber, o seu potencial de evocação.

para a redução do custo de memória e conseqüente maximização da eficiência do léxico como sistema de armazenamento de formas simbólicas.

Esta motivação continua intacta, visto que tanto a necessidade de acesso lexical imediato nos atos de fala quanto nossa capacidade cerebral concreta permanecem inalteradas: por mais capacidade de memória que se tenha, esta é sempre limitada, em algumas circunstâncias bastante limitada. Por exemplo, são muito poucos os números de telefone ou senhas numéricas que alguém consegue reter na memória para uso imediato, como forçosamente tem que ser o uso das palavras num ato de fala. Assim, os mecanismos lexicais relacionados à formação de palavras são essenciais, visto que o acesso a padrões de formação é de caráter imediato, isto é, a eficiência de nosso sistema de comunicação baseado em construções simbólicas depende do acesso imediato tanto às construções quanto aos esquemas de formação, que reforçam o fator frequência, assim nos permitindo usar novas formações com segurança quanto ao êxito comunicativo.

Muitas vezes pensamos em formação de palavras tendo em mente palavras isoladas e significados literais. Numa abordagem cognitiva, no entanto, é fundamental a frequência de uso para a consolidação das construções lexicais. Embora a relação entre frequência de uso e consolidação seja clara, a noção de frequência apresenta aspectos não inteiramente elucidados do ponto de vista metodológico, não apenas quando estão em jogo as distinções entre língua falada e escrita e entre língua popular e culta, mas, sobretudo, quando levamos em conta a situação polissêmica e função polivalente dos esquemas de formação.⁴

Mas a questão primordial da formação de palavras no que tange à frequência é de outra natureza, a saber: como se processa a esquematização das ocorrências, de modo a formar os chamados “clichês lexicais” (Basilio 1997), ou seja, como surgem os padrões lexicais ou esquemas de formação. No trabalho citado, confrontam-se, para a representação do conhecimento lexical, a formulação de regras preconizada pelo gerativismo lexicalista e a proposição saussuriana da analogia proporcional, sendo considerado mais conveniente o mecanismo de analogia proporcional. Na verdade, este seria o passo inicial na identificação de paralelismo de construções lexicais para o reconhecimento posterior da frequência, que levaria à eventual consolidação do padrão correspondente. Em convergência com propostas de Bybee (1985), a conexão lexical teria assim mais força quando o padrão fosse evidenciado pela crescente frequência de utilização.⁵ A identificação corresponde ao processo de esquematização (Langacker 1987) aplicado a constru-

⁴ Alguns destes problemas passam a ser mais visíveis agora, com a utilização da internet para a formação de *corpora* de análise. Temos, assim, o polo oposto à restritividade da imaginação do linguista no lexicalismo: a abrangência excessiva de formações de pertinência questionável em relação ao corpo de conhecimento descritivo, concentrado na língua culta.

⁵ Embora Bybee (1985) tenha como foco construções flexionais.

ções morfológicas ou, em outras palavras, ao estabelecimento de um conceito abstrato que abrange diferentes instâncias ou elaborações. Conforme observa Tuggy (2007:94), regras e padrões apresentados em outras teorias existem na mente como esquemas na visão da Linguística Cognitiva.

Dentro de uma visão cognitiva do léxico, entretanto, devemos ainda salientar uma outra dimensão, dada a relevância do caráter simbólico atribuído às construções. Não se trata apenas de saber, por exemplo, que o prefixo *re-* que traz a noção de repetição, conforme reza a gramática tradicional, mas também de reconhecer que o mesmo elemento pode ocorrer em diferentes construções lexicais, tendo em vista não apenas a situação polissêmica das palavras, mas também a polivalência simbólica dos esquemas de formação. Assim, nesta instância específica, como nas demais, a contribuição semântica para o potencial evocativo da construção poderá variar, dependendo do(s) significado(s) do verbo. É o que acontece, de fato, com o prefixo *re-*. Em outras palavras, é fundamental pensar na relevância do lado simbólico na formação de palavras, não apenas em geral, mas também no que tange à frequência de uso de constituintes numa construção e sua relação com a produtividade dos respectivos esquemas de formação.

Uma possibilidade de tornar mais relevante e reveladora a relação frequência/força lexical seria a de observar as várias acepções de elementos envolvidos em construções lexicais e computar sua presença quantitativa, quer em termos globais, no sentido da frequência de utilização de um determinado afixo em formações regulares, quer em termos da evocação de significados em diferentes construções em que o mesmo ocorre. Uma análise preliminar deste tipo foi feita por Andrade (2006) no que tange ao prefixo *re-*, revelando que o mero conceito de repetição é minoritário na utilização deste prefixo, sendo mais frequentes os conceitos de renovação, como em *reconsiderar*, *redimensionar*, *reformular*, etc. e recondução a um estado de coisas anterior, como em *redemocratizar*, *reconduzir*, *reindustrializar*, etc. É provável, assim, que a força lexical das duas últimas acepções seja muito maior que a do conceito de repetição pura e simples, como em *reler* e *recontar*. Ou seja, a representação do conhecimento de um prefixo em sua dimensão potencial é insuficiente se apenas computarmos como fundamentação a ocorrência do mesmo em formações; é necessário categorizar essas ocorrências levando em conta as diferentes facetas do potencial simbólico do esquema de formação correspondente.

As unidades lexicais se usam na construção de textos pela evocação de significados potenciais, dentre os quais fará sentido uma escolha específica que então se concretiza na formação da mensagem; palavras não têm propriamente significados, antes evocam potenciais semânticos, dentre os quais ressaltam aqueles compatíveis com um determinado enunciado, levando-se em conta o conhecimento enciclopédico e fatores textuais e contextuais.

Potenciais semânticos e pragmáticos das palavras e suas combinações sempre são cruciais para a construção de nossos textos, já que estes têm co-

mo objetivo uma mensagem, cujo significado se (con)funde com seus objetivos interacionais, ideológicos, afetivos, políticos, etc., ou seja, objetivos pragmáticos. E esses objetivos apresentam requisitos de excelência em sua realização, seja em relação à forma, seja em relação ao conhecimento enciclopédico embutido em nossa teoria da mente, que analisa o domínio de conhecimento do interlocutor e a melhor forma de transmitir a ele uma mensagem.

A concepção do léxico que ora apresentamos corresponde a um melhor entendimento da noção de conhecimento lexical, que abrange não apenas o conhecimento das unidades lexicais, com seu poder de associação de cunho semântico / enciclopédico e suas propriedades gramaticais, mas também o conhecimento da potencialidade de construção ou reconstrução de enunciados, no ângulo relacionado ao domínio lexical. É, portanto, necessário, tendo em vista que o espaço lexical não é um espaço fechado, lembrar que as unidades lexicais não existem isoladamente; ao contrário, mantêm uma crucial relação de simbiose com a língua em uso, no sentido de que qualquer mensagem linguística que se capte ou se transmita se esteia fortemente em nosso conhecimento lexical; e também com o pensamento em uso, conscientemente ou não.⁶

Isto significa que não podemos entender um texto sem recorrer ao léxico; do mesmo modo, nossos textos dependem da extensão de nosso conhecimento lexical. Mais ainda, e talvez seja este o ponto mais relevante, a constituição do domínio lexical se configura a partir da experiência da língua em uso. Poderíamos então, talvez, dizer que o léxico é um domínio de formas simbólicas que evocam impressões e conceitos oriundos da língua em uso e/ou elaborados na mente do falante como resultado da integração de novas percepções ao material simbólico que constitui o domínio lexical, com suas interfaces.

Ao abordar o espaço lexical e suas interfaces, no eixo da relação léxico-cognição, não podemos deixar de ressaltar, ainda que rapidamente, a questão léxico/enciclopédia no significado lexical, assim como o potencial da metáfora e da metonímia na constituição do conhecimento, de acordo com a proposição dos cognitivistas de que a língua não é um domínio separado do das demais operações mentais, de um modo geral, embora se possa – ou se deva – manter, do ponto de vista das construções morfológicas, uma distinção entre as noções de conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico.

A razão para esta afirmação, fundamentada em Basilio (2005) dentro de uma perspectiva lexicalista, se mantém numa abordagem cognitiva

⁶ É difícil dizer se podemos falar em pensamento em uso como algo distinto de língua em uso, mas prefiro colocar a possibilidade, sobretudo por causa da interpretação mais comum da expressão “língua em uso”, que, em geral, não contempla a atividade de reflexão interna, da qual podem advir novas associações lexicais.

quando se pensa mecanismos derivacionais. Tomando como exemplo um esquema de formação como $[[X]Adj\ izar]v$ na formação de verbos a partir de adjetivos, o conhecimento que permite ao falante formar um novo verbo adicionando *-izar* a um adjetivo ou inferir o significado “tornar(se) X” para uma construção $[[X]Adj\ izar]v$ é de natureza linguística, isto é, trata-se do conhecimento de um esquema de formação, de um padrão lexical consolidado; construções lexicais associadas a este padrão serão interpretadas de acordo com o conhecimento semântico/enciclopédico eventualmente associado a estas construções.

A questão significado linguístico/enciclopédico pode ser vista de diferentes ângulos, e existem vários problemas relacionados a esta discussão, conforme o que se considere como linguístico. O conhecimento enciclopédico pode ser entendido como o conhecimento do mundo. É clássico o exemplo da palavra *ouro*, que, do ponto de vista linguístico literal, remete a um metal precioso de cor amarelada, com um certo brilho. Esta noção, no entanto, não nos habilita a reconhecer a presença e proporção do metal num ornamento e, definitivamente, não nos habilita a dizer, dado um pedaço de metal que nos apresentem, se se trata de ouro ou não.⁷ Do mesmo modo, para tomar outro exemplo frequentemente citado, o significado prototípico de *pintar* corresponde a algo como “revestir uma superfície com tinta usando um pincel”, mas o conhecimento enciclopédico do ato correspondente inclui técnicas que estão no domínio dos profissionais da pintura, embora não propriamente no dos falantes/ouvintes.

Alguns cognitivistas consideram, ainda, que a distinção entre o linguístico e o enciclopédico no significado lexical é inviável, tendo em vista a concepção do significado que “envolve o conhecimento do mundo que é integrado com outras capacidades cognitivas” e a noção de que o significado linguístico é baseado no uso e na experiência (Geeraerts 2006:5).

Enfim, a distinção entre significado linguístico e significado enciclopédico é ainda objeto de controvérsia. Neste trabalho, acolho a posição da Linguística Cognitiva no sentido de evidenciar a virtual impossibilidade de se estabelecer uma separação entre o que seria linguístico ou enciclopédico no significado dos itens lexicais, embora mantenha a ressalva anteriormente feita, no que concerne aos esquemas de formação de palavras.

Na realidade, quando pensamos em língua, léxico e cognição, é difícil deixar de concordar com os cognitivistas, dada a necessidade de focar conceitos lexicais como dependentes de cadeias de significação que se entrecruzam de todos os modos, da hipotenusa ao dedo, passando por todos os objetos funcionais e divisões arbitrárias de nosso mundo, tais como *lápiz* e *férias*.

⁷ Aliás, há outra discussão, que versa sobre a identificação ou não entre conhecimento do mundo e conhecimento científico ou técnico, a qual, entretanto, está fora do escopo deste trabalho.

Em síntese, então, podemos considerar o léxico como uma parte da língua que reflete a constituição de conceitos relativos consolidados que se associam a formas, as quais podem ser utilizadas para evocá-los. Naturalmente, operações mentais podem elaborar novos conceitos, os quais, entretanto, só poderão ser objeto de comunicação na medida em que se associarem a formas através das quais possam ser evocados. Também naturalmente, operações mentais podem criar novas formas, associadas a conceitos. Assim, podemos dizer que as unidades lexicais correspondem à evocação de conceitos que são linguísticos, no sentido de que se associam a unidades lexicais e são consolidados como resultado do uso linguístico; e que são enciclopédicos, pois têm como origem a experiência e conhecimento do mundo. Itens lexicais como *pé*, *mão*, *olho*, *lápiz* e *férias* são construções que associam conceitos a forma; são entendidos em termos de nosso conhecimento do mundo; e são consolidados como resultado do uso constante das formas correspondentes que os evocam.

A afirmação abrange tanto exemplos específicos, como os mencionados acima, quanto expansões metafóricas e metonímicas no significado de itens lexicais. Considerando nossos mecanismos mentais subjacentes a processos como metáfora, metonímia e analogias várias, usamos itens lexicais em construções que expandem o domínio de significação. Na medida em que as expansões são estabilizadas ou incorporadas, passam a fazer parte do significado linguístico de uma unidade lexical.

Assim, por exemplo, incorporamos expressões como *pé-de-pato* e *olho-mágico*, dentre inúmeras outras, derivadas de operações de composição e associações de vários tipos; mas seu entendimento depende, mais uma vez, não apenas do conhecimento incorporado nos itens lexicais básicos e do conhecimento de padrões de composição, dentre outros aspectos do conhecimento linguístico, mas também do vasto conhecimento enciclopédico envolvido nas formas mais complexas. Por exemplo, o conceito de *pé-de-pato* corresponde, dentre outros, ao conhecimento do que é um pé como parte do corpo, de como é o pé ou algo análogo no que concerne a patos e do fato de que um artefato de borracha feito num formato que apresenta alguma semelhança com o “pé” dos patos é usado para dar maior velocidade ao nadador; *olho-mágico* conjuga o conhecimento da forma, dimensão e função do olho com o conhecimento da necessidade de proteger o domicílio de visitantes indesejáveis, o conhecimento do que poderia ser considerado mágico e, naturalmente, o conhecimento do mecanismo que permite ao morador olhar o candidato a visitante – ou assaltante – sem ser visto. É de se ressaltar, além disso, que todo esse conhecimento, necessário embora para o reconhecimento da razão de ser das expressões a posteriori, não é suficiente para a inferência do significado a partir da forma.

A enciclopédia permeia, portanto, as unidades lexicais. Neste aspecto, é de se observar, aliás, que a forte base enciclopédica necessária à interpretação de itens lexicais é de se esperar, dada a função designadora de itens lexi-

cais. A polissemia, portanto, é um fato natural, assim como a não composicionalidade, dado que padrões lexicais existem para a formação e reconhecimento de unidades a serem usadas na designação e na comunicação. Assim, a motivação é um fator bem mais eficiente do que parece quando consideramos a natureza do léxico.

Isto, entretanto, não contradiz a noção de que esquemas de formação não apresentam contraparte enciclopédica, ou seja, não se relacionam diretamente ao conhecimento do mundo, mas apenas ao conhecimento de padrões de associação de forma e função/significado linguístico. Assim, por exemplo, o conhecimento do esquema $[[X]v\ ção]_s$, correlato a substantivos deverbais, é de natureza linguística, embora as diferentes instâncias de construções associadas ao mesmo sejam interpretadas em termos semântico/enciclopédicos.

Mas, se é necessário pensar numa semântica enciclopédica dos itens lexicais, o contrário não é automaticamente verdadeiro: nosso conhecimento do mundo, ou, ainda, nossos pensamentos e sonhos sobre o mundo vão bem além daquilo que historicamente se constituiu em itens lexicais. Esta discrepância encontra exemplos em nosso ofício: a profusão de elementos considerados como x, y , etc., no decorrer de uma exposição científica e técnica corresponde muitas vezes a conceitos que serão eventualmente incorporados numa teoria com uma forma determinada – mas que ainda não podem ser considerados propriamente como itens lexicais, mesmo que circunscritos a um jargão determinado, já que ainda não se fixou a especificidade de uma forma fonológica correspondente.

Naturalmente, quando um conceito precisa ser referido com um certo nível de frequência e relevância, acaba sendo associado a uma forma: a existência como item lexical é o destino dos conceitos relevantes em termos de comunicação. O exemplo descrito acima é oriundo de uma situação já bastante abstrata. Mas há exemplos mais concretos, como o de Jackendoff (1983), num diálogo aproximadamente como: – *O que é isto?* – *Não sei, mas só sei que está vindo depressa em nossa direção e é melhor correr!*; ou o caso do objeto de madeira de quatro lados, com uma parte móvel, em cujo verso está escrita a frase *o que é isto?*. Estes são, certamente, exemplos extremos. De caráter menos extremado e, por este motivo, geralmente não percebidos, são os casos de novos conceitos (objetos, sistemas, funções, etc.) que surgem a cada instante e demandam uma denominação.

Passando agora à parte relativa à formação de palavras, retomo afirmações que fiz ao longo do tempo, no sentido de que dentre as estruturas mais abordadas, na perspectiva do léxico mental, estão as estruturas morfológicas, responsáveis pela produção e interpretação estrutural de construções derivadas e compostas.

Padrões morfológicos de formação de palavras, que correspondem a esquemas de conhecimento lexical, conectam-se a noções semânticas gerais (negação, reversão, agente, instrumento, etc.). O falante/ouvinte de uma

língua forma e reconhece novas palavras que designam agentes e instrumentos, denotam reversão de atos, e assim por diante. Do mesmo modo, o falante/ouvinte interpreta e adquire novas construções usando pistas fornecidas pela estrutura morfológica e pela especificidade dos elementos vocabulares, além das informações dadas ou inferidas pelos elementos textuais e contextuais numa determinada situação de comunicação linguística. Assim, padrões de formação de palavras exercem um papel relevante, embora parcial, na aquisição e expansão do léxico.

Quando pensamos no papel das estruturas morfológicas na expansão lexical, não podemos deixar de pensar na integração da gramática com o léxico e na proposição da Linguística Cognitiva, em especial na Gramática Cognitiva de Langacker, no sentido de que as estruturas gramaticais são simbólicas. Por exemplo, todas as formações prefixais são motivadas, e não apenas em termos das alterações semânticas dos radicais, ou, mais exatamente, não apenas em termos dos resultados semântico-enciclopédicos da dinâmica de combinações de formas livres e presas, mas também em termos da forma resultante, que revela um nível de incorporação semântica e compactação que não se verifica em construções alternativas em termos de condições de verdade, por exemplo. Assim, se confrontamos frases como *Fulano é infeliz* e *Fulano não é feliz*, verificamos que, embora em ambas seja falsa a afirmação da felicidade de Pedro, a forma prefixada apresenta uma força expressiva, recorrente em outras construções do mesmo padrão (*indiscreto*, *indecente*, *impotente*, etc.) que não se encontra no correlato não prefixal.⁸ Vemos, portanto, que a construção morfológica apresenta um aspecto semântico que interage com os significados dos elementos constituintes da construção lexical.

Por outro lado, o fato de que novas formações lexicais surgem para designar eventos, coisas e situações do mundo não pode ser subestimado; assim, ainda que possamos admitir que há uma determinação de possibilidades semânticas evocadas pelo esquema que se abstrai de determinados tipos de construção, na verdade as construções morfológicas apresentam sua especificidade, correlata ao ato de nomeação. Por exemplo, embora *jornalista* e *jornaleiro* sejam ambas construções de nomes de agente, projetando o significado genérico de “agente em relação a jornal”, o ato de nomeação deu a cada uma seu destino, designando dois tipos de agente que exercem diferentes tipos de ação em relação a *jornal* e ocupam diferentes situações em nosso mundo sociocultural. Analogamente, a evocação da ideia de reversão que o prefixo *des-* nos traz assume diferentes matizes, conforme podemos observar em exemplos como *desmontar*, *descobrir*, *desdizer*, etc.

Um dos grupos mais significativos de processos de formação de palavras do ponto de vista gramatical é o constituído por processos que efetuam mudança de classe de itens lexicais. Mas, embora as classes de palavras se-

⁸ Bybee (1985) analisa uma situação análoga em referência a flexões de tempo e modo na conjugação verbal. V. nota 5.

jam frequentemente descritas em termos de propriedades sintáticas, talvez possamos afirmar, hoje, que é relativamente rara a motivação puramente gramatical na mudança de classe, a não ser como um elemento secundário.

Vejam, por exemplo, o caso de mudança de classe mais focalizado, porque mais antigo e de interesse para a sintaxe gerativa: a formação de substantivos deverbais, ou nominalização. Se pensarmos na dinâmica de interação léxico-texto, é fácil observar que, tanto nos textos produzidos quanto nos consumidos, um tipo de evento expresso por um verbo também pode ser conceptualizado nominalmente e ocorrer como substantivo.

De fato, conforme colocado por Langacker, “Em geral, os significados das expressões linguísticas se subdividem em predicções nominais ou verbais. Estes dois tipos não diferem necessariamente na natureza de seu conteúdo intrínseco, como vemos, por exemplo, em pares como *círculo/redondo* e *explodir/explosão*, mas no modo como este conteúdo é construído e esboçado” (2002:74). Argumentando a favor da definição do substantivo em termos de nomeação de coisas, Langacker observa ainda que “o substantivo e o verbo constroem o evento com imagens contrastantes e são, portanto, semanticamente distintos, pois a nominalização envolve um tipo de reificação conceptual”. (2002:63).

Ou seja, até o caso clássico de abordagem sintática de um fenômeno morfológico, o da nominalização, pode ser reconsiderado de um ponto de vista primordialmente conceitual, o que nos dá uma diferença semântica de enfoque: a noção verbal prototípica pode ser considerada como uma visão dinâmica de uma relação, em convergência com a proposição de Câmara (1970), que via verbos como processos e uma distinção entre uma visão estática ou dinâmica de um processo verbal na distinção entre o nome e o verbo; ou na proposição de Langacker, segundo o qual a diferença entre verbos e outras relações complexas poderia ser caracterizada uma diferença entre conceptualização sequencial ou compacta (2002:153)

Para Langacker (2002:74), como vimos, os significados de expressões linguísticas se subdividem em predicções nominais e relacionais, sendo a diferença não tanto da natureza de conteúdo mas do modo em que o conteúdo é construído e esboçado. Uma predicção nominal pressupõe a interconexão entre um conjunto de entidades e delinea a região assim estabelecida, pois “um nome designa uma região em algum domínio” (2002:63). Por outro lado, uma predicção relacional pressupõe um conjunto de entidades e identifica as interconexões entre estas entidades. As predicções relacionais podem identificar processos, que correspondem a verbos.

A relação entre estruturas verbais e nominais foi bastante estudada, do ponto de vista sintático, na Teoria Padrão da Sintaxe Gerativa. De acordo com a Hipótese Transformacionalista, estruturas verbais podem se converter em estruturas nominais através de regras transformacionais de nominalização – a nomenclatura provém da noção de operações sintáticas de transformação. Na Hipótese Lexicalista, em que as relações entre verbo e nome,

ainda consideradas como de impacto sintático, poderiam ser descritas na esfera do léxico, surge a possibilidade de considerarmos uma relação bidirecionada Verbo <-> Nome no léxico (Jackendoff 1975), embora nunca tenha sido realmente abandonada a direcionalidade V->N nas proposições lexicalistas.

Com o desenvolvimento de modelos de representação lexical, em especial de representação de regras responsáveis pela análise estrutural das palavras, a relação Verbo-Nome passou a ter um foco maior na forma, em termos de questões tais como as relações lexicais, a produtividade lexical, as condições de produção e a distinção entre objetos morfológicos e construções lexicais gramaticalmente irrelevantes. A abordagem morfológica do lexicalismo gerativista, no entanto, não atinge a questão da relação Verbo-Nome no aspecto da configuração do texto.

De acordo com Basilio (2004), há diferentes motivações para a mudança de classe que é efetuada por esses processos. Mas é preciso esclarecer o próprio termo *mudança de classe*, de ordem tradicional, ou seus equivalentes lexicalistas, *mudança* ou *transposição categorial*. No caso da formação de substantivos deverbais, pressupõe-se um verbo como base para a formação de um substantivo, o que é um fato morfológico na maioria esmagadora dessas construções em Português, sobretudo se levarmos em conta que as formações consideradas como regressivas também são deverbais.

Entretanto, se voltarmos às reflexões de Langacker sobre as diferentes possibilidades de encararmos algo em termos de sequência linear ou de modo compacto, podemos sugerir que não há, propriamente, uma mudança de classe, mas apenas um processo morfológico de marcação de uma das duas possibilidades de uso e conceito de uma base verbal: a sequencial, que se multiplica em inúmeras marcações correspondentes a categorias verbais, que correspondem a formas flexionadas; e a compacta, que assume as características gramaticais de substantivos. O essencial, naturalmente, não é a marca morfológica de uma transposição categorial, mas a concretização da noção verbal numa perspectiva nominal ou verbal, à qual estariam conectadas diferentes características semânticas e gramaticais.⁹

Essa dupla perspectiva, ao invés da mudança de classe, explica por que temos uma conexão fundamental entre verbos e substantivos deverbais no léxico, ou, numa perspectiva lexicalista, a expectativa de que, havendo um verbo no léxico, haverá um substantivo correspondente (Basilio 1980): se temos as duas possibilidades conceituais, segue-se que poderemos escolher uma ou outra, donde a efetivação da possibilidade de concretização de ambas na maior parte dos casos.

⁹ Aliás, por incrível que pareça, esta situação é melhor representada na proposta lexicalista de Chomsky, que concebeu entradas lexicais “neutras”, com dupla escolha de categoria, de tal modo que consequências sintáticas e semânticas dependeriam de cada uma das escolhas.

Quanto à conexão léxico-texto, observe-se que essa escolha da construção lexical é determinada no nível da elaboração do texto, sendo que as características gramaticais de construções particulares decorrem, portanto, de decisões tomadas no nível textual. Assim, a perspectiva escolhida determina como se desenvolve o texto e tem por objetivo fundamental fazer com que o leitor do texto assumira essa mesma perspectiva.

Mas a construção nominal abarca diferentes alternativas de uso do substantivo deverbal decorrente. Por exemplo, para além da perspectiva nominal de uma estrutura que poderia ter sido apresentada como verbal, podemos também fazer referência a um tipo de noção verbal em termos genéricos, o que ocorre quando, por exemplo, falamos em geral de sofrimento, animação, conhecimento, vadiagem, e assim por diante. Outra possibilidade é o uso da noção verbal como base para denotar um evento, processo, mecanismo, etc., ou, por metonímia, seu efeito.

Como substantivos são elementos designadores, é natural que a noção verbal se concretize como substantivo. É notório, por exemplo, o uso de substantivos deverbais em função denotativa tanto na nomenclatura técnica quanto no uso geral ou de jargões profissionais. Alguns exemplos em nossa disciplina são: *flexão, derivação, composição, transformação, referência, ocorrência, denotação, conotação, neutralização, variação, construção*, etc... Dentre as formações de uso mais generalizado, temos *ocorrência, construção, depressão, transferência, repressão, denominação, expressão* e muitos outros. Nestas construções, a evocação do ato representado pelo verbo constitui apenas uma parte do significado pretendido, sendo uma parte suprida pelo conhecimento enciclopédico e/ou por mecanismos cognitivos como metáfora ou metonímia, dentre outros.

Vimos neste trabalho que o léxico abarca diferentes tipos de unidades de carácter simbólico, que se encontram em estado de consolidação dinâmica, dada a permanente interação entre seu potencial evocativo e suas concretizações; e analisamos brevemente, confrontando a perspectiva do lexicalismo gerativista com a perspectiva da Gramática Cognitiva de Langacker, a relação lexical entre verbo e substantivo, provavelmente a relação lexical mais estudada na descrição do Português, com o objetivo de marcar as múltiplas interações entre conhecimento, representação e uso de unidades lexicais.

Em síntese, o léxico apresenta nessa relação um processo gramatical de mudança de classe ou de escolha de perspectivas semânticas, ligado a propriedades gramaticais e marcado nas características morfológicas da derivação; esta escolha está disponível em termos gramaticais, textuais e denotativos, mas depende do fator cognitivo que determina a escolha para a construção do texto. Ou seja, não podemos ir muito longe na investigação sobre o conhecimento lexical, a gramática ou o texto sem levar em conta suas interconexões na representação e uso da língua.

Referências

- Andrade, F.G. (2006). *Polissemia e produtividade nas construções lexicais: um estudo do prefixo re- no Português Contemporâneo*. Tese de Mestrado inédita. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Basilio, M. (1980). *Estruturas Lexicais do Português*. Petrópolis: Ed.Vozes.
- Basilio, M. (1987). *Teoria Lexical*. São Paulo: Ed. Ática.
- Basilio, M. (1997). O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais. *VEREDAS*, v.1, n.1., pp. 9-21. Juiz de Fora: EDUFJF.
- Basilio, M. (2004). *Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto.
- Basilio, M. (2005). Estrutura Lingüística e Conhecimento do Mundo nas Construções Lexicais. In: N. Miranda e M.C. Name (orgs) *Lingüística e Cognição*. Juiz de Fora: EDUFJF.
- Bybee, J. (1985). *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins.
- Câmara Jr., J. (1970). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Ed.Vozes.
- Chomsky, N. (1970). Remarks on Nominalization. In: Jacobs & Rosenbaum (eds.) *Studies in English Transformational Grammar*. Waltham: Gynn &Co.
- Geeraerts, D. (2006). Introduction: a rough guide to Cognitive Linguistics. In: D. Geeraerts (ed.) *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Jackendoff, R. (1975). Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. *Language*, n.51, pp. 639-671.
- Jackendoff, R. (1983). *Semantics and Cognition*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Langacker, R. (1987). *Foundations of Cognitive Grammar. Vol. I: Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- Langacker, R. (2000). *Grammar and Conceptualization*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Langacker, R. (2002). *Concept, Image, Symbol*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Tuggy, D. (2007). Schematicity. In: D. Geeraerts & H. Cuyckens (eds.) *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.